

Relatório

ENQUADRAMENTO LEGAL

1. Dispõe o artigo 46º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que os orçamentos municipais incluem, entre outros, um “*Relatório que contenha a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta, incluindo a identificação das responsabilidades contingentes*” (alínea a) do n.º 1 do artigo 46º Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro).
2. Por seu turno, o artigo 41º da mesma Lei estabelece um conjunto de princípios gerais a que os orçamentos municipais devem obedecer, agora se destacando o referido no seu n.º 2:

“2 – A elaboração dos orçamentos anuais é enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental e tem em conta as projeções macroeconómicas que servem de base ao Orçamento do Estado.”

3. Quaisquer dos artigos citados nos pontos anteriores vêm incluídos no Capítulo IV da Lei n.º 73/2013, sob o título “Regras orçamentais”, abrangendo os artigos 40º a 47º, dispondo este último, sob o subtítulo “Regulamentação”, o seguinte:

“Artigo 47º

Os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei.”

4. Embora estejam passados mais de 4 anos, não consta que a referida regulamentação tenha sido publicada, matéria que vem dando ocasião a uma ampla divergência de posições duma multiplicidade de entidades.

5. Apesar do Município de Alcácer do Sal já ter assumido uma posição clara sobre esta matéria alinhando com a posição defendida pela ANMP no sentido da não aplicabilidade daqueles artigos, por ausência da respetiva regulamentação, nada impede que algumas regras ali vertidas não possam ser acolhidas, de que é exemplo, o presente Relatório.

O CENÁRIO MACROECONÓMICO

6. Conforme já foi citado (vd. ponto 2) o Orçamento Municipal deverá constituir uma projeção dum quadro plurianual de programação orçamental que atenda às projeções macroeconómicas que serviram de base ao Orçamento do Estado. Importa assim recordar as principais projeções constantes da proposta de Orçamento para 2018:

Indicadores	2015 (INE)	2016 (INE)	2017 (GOV) (1)	2018 (GOV) (1)
PIB	1,8	1,5	2,6	2,2
<i>Consumo privado</i>	2,3	2,1	2,2	1,9
<i>Consumo público</i>	1,3	0,6	-0,2	-0,6
<i>Investimento (FBCF)</i>	5,8	1,6	7,7	5,9
<i>Exportações</i>	6,1	4,1	8,3	5,4
<i>Importações</i>	8,5	4,1	8,0	5,2
IPC	0,5	0,6	1,2	1,4
Emprego	1,4	1,6	2,7	0,9
T. Desemprego (%)	12,4	11,1	9,2	8,6

(1) – Projeção

Fonte: Prefácio do Relatório do Orçamento do Estado de 2018.

7. A primeira nota que se quer aqui deixar refere-se aos dados de 2017, para dizer que, pese embora se trate de projeções, elas resultam do

conhecimento, em vários parâmetros, da execução efetiva até setembro do corrente ano. Vale isto por dizer que não é natural que se esperem desvios significativos até ao final do corrente ano económico de 2017, quando apenas falta um mês de execução. É inegável que 2017, na ótica meramente económica, os resultados projetados são globalmente positivos, destacando-se o crescimento do PIB - que apresenta um valor que permite convergir com a média da União Europeia – o Investimento – cujo valor não é de forma alguma espetacular, mas representa quase o quántuplo do verificado em 2016 – e das Exportações, indicador que continua a ser o principal suporte do crescimento do PIB.

8. E, claro, os indicadores referentes ao Emprego e à Taxa de Desemprego, que alcançam números que nem a previsão governamental realizada a propósito do Orçamento para 2017, já lá vai um ano, anteviam.

9. A relevância deste conjunto de indicadores é tão mais significativa quanto ela aparece num contexto de alguma recuperação dos rendimentos dos cidadãos e de alguma restituição dos direitos sociais. Para os que duvidavam que pudesse haver um caminho alternativo, a resposta está dada pela realidade presente, embora não nos esqueçamos que Portugal tem beneficiado duma conjuntura internacional muito favorável, onde as decisões do Banco Central Europeu assumem particular destaque. Hoje reconhece-se, interna e externamente, que a solução governativa encontrada com suporte parlamentar do PCP, BE e “Verdes” não se tornou naquelas consequências diabólicas que alguns setores políticos vaticinaram.

10. Não que tudo tenha navegado num mar-de-rosas. Apesar de tudo, os relacionamentos económicos com Angola ou a subida, ainda que moderada, do preço dos produtos petrolíferos são exemplos, no plano externo, de contratempos que, no entanto, não foram suficientes para encarapelar este mar bonançoso. Por outro lado e

no plano interno, a recuperação de rendimentos não tem sido universal, e por outro, ainda não atingiu, para muitos cidadãos, níveis adequados à dignidade humana e civilizacional deste início de século.

11. E que esperar do ano de 2018 que se avizinha? As projeções económicas do Governo, inseridas no prefácio do relatório do Orçamento para 2018 e transcritas acima, apresentam um quadro de otimismo moderado, com retração da generalidade dos indicadores apresentados, mas sem por em causa a aposta num continuado crescimento. O único indicador onde não se verifica essa contração é o IPC, componente que mal se tem sentido nos últimos anos, mas que, a par da subida expectável das taxas de juro, aparece como um elemento que irá recuperar alguma relevância futura e a que importará dar, a médio prazo, a devida importância.
12. O ano de 2018 projeta-se assim com um crescimento do PIB de 2,2%, alicerçado essencialmente nas Exportações e na Formação Bruta de Capital Fixo, em paralelo com um contínuo crescimento do Emprego e da diminuição da Taxa de Desemprego, estes em menor grau, já que se aproximam dos níveis de desemprego estrutural.
13. Este quadro macroeconómico não está, naturalmente, isento de riscos. O maior, no caso de Portugal, reside porventura na situação que venha a ocorrer no País vizinho, muito em função dos desenvolvimentos que se manifestem a propósito da chamada questão “catalã” – isto porque se a União Europeia é o destino principal das nossas Exportações (75,1%, em 2016), Espanha é responsável por mais de um terço daquele valor (25,9%, também em 2016). Um abalo na economia espanhola poderá traduzir-se numa forte machadada nas Exportações portuguesas. Já antes se referiu o peso que as Exportações têm no crescimento do PIB, pelo que se dispensam mais apreciações.

14. Mas também a questão do “Brexit” ou uma escalada maior que a prevista para o preço dos produtos petrolíferos poderão provocar algum abalo que a execução orçamental, ao longo do próprio exercício, terá de acomodar. A nível mundial, existiram outros riscos, que aqui não se vão detalhar, de que são exemplo uma queda acentuada do clima de segurança dos cidadãos, designadamente na Europa, por ausência de resposta eficaz ao terrorismo internacional ou uma crise aguda na relação dos Estados Unidos com a Coreia do Norte.

15. É altura de realçar três elementos de grande relevância para a vida dos cidadãos e que a proposta de Orçamento do Estado para 2018 acolhe:

- Por um lado, uma redução da carga fiscal, conseguida essencialmente pela (re)introdução de mais dois escalões em sede do IRS, o que se perspetiva melhorar o rendimento disponível de um grande número das famílias;
- Por outro lado e no mesmo sentido, um projetado acréscimo das pensões, situação desconhecida para muitos e muitos pensionistas que ano após ano, têm visto deteriorar-se o seu rendimento;
- Também merece relevo o descongelamento que irá ocorrer na generalidade da função pública, em função das largas centenas de milhar que serão abrangidas por esta medida, ainda que, porventura, a mesma não seja universal e completa em 2018.

16. Finalmente, pela sua relevância específica, considerem-se os seguintes cenários, no que ao défice e à dívida concerne:

Défice			
2015	2016	2017 (1)	2018 (2)
4,4	2,0	1,4	1,0

Dívida Pública				
	2015	2016	2017 (1)	2018 (2)
Em % do PIB	128,8	130,1	126,2	123,5
Var. % do PIB	-1,8	1,4	-3,9	-2,8

(1) - Projeção

(2) - Previsão

Fontes: Pordata e Prefácio do Relatório do Orçamento do Estado de 2018

17. Em boa medida, a questão do défice, não estando resolvida, apresenta valores controlados e aceitáveis, contendo-se fora dos limites mais gravosos considerados pelas instituições da União Europeia. Do ponto de vista estratégico, depois de se centrar na recuperação dos valores do défice, o governo vira-se agora mais para o caso da dívida. E neste particular, embora permaneçam valores extraordinariamente elevados, tudo aponta para se iniciar uma viragem positiva do caminho que vinha sendo seguido. De facto, é expectável que já em 2017 se reduza em quase 4 pontos o peso da dívida em percentagem do PIB e projeta-se para 2018 uma redução igualmente significativa (redução de 2,8 pontos percentuais). Em todo o caso, ainda que tal objetivo seja atingido, o valor da dívida continuará extremamente elevado, deixando o País muito vulnerável e, portanto, muito sujeito a fortes limitações da sua própria soberania.

OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2018

18. Aqui chegados importa centrar a atenção nos documentos previsionais do Município de Alcácer do Sal.
19. O Orçamento que o executivo municipal apresenta prevê uma Receita e uma Despesa ligeiramente inferior a 25,65 milhões de euros, sendo que cerca de 12,5 milhões correspondem a verbas inseridas em projetos e representa uma redução superior a 1,5 milhões relativamente ao ano anterior.
20. Dos 12,5 milhões de euros inseridos em projetos, mais de 3,4 milhões referem-se a investimentos inscritos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e um pouco mais de 9,0 milhões correspondem a verbas inseridas nas Atividades mais Relevantes (AMR).
21. Tal como no ano transato, parece-nos mais útil e rico, pelo menos quanto ao debate político local, incidir esta apresentação pela discussão acerca do peso que, em sede das Grandes Opções do Plano (PPI+AMR's), estes documentos previsionais acolhem, para o que se remete para os dados inseridos no quadro infra:

Objetivos	Afetação (%)
Melhoria dos serviços municipais	13,6
Garantia do acesso à educação, à saúde e resposta social	9,4
Melhoria no ordenamento, habitação e segurança pública	3,8
Garantia dos abastecimentos coletivos e ambiente	24,7
Dinamização da cultura, do desporto e tempos livres	11,7
Beneficiação do tecido económico	31,2
Suporte das atividades supramunicipais e op. financeiras	5,6
TOTAL	100,00

Importa agora evidenciar algumas das situações que se julga deverem merecer um maior destaque.

22. Antes do mais refira-se que, em termos do peso relativo entre os 7 objetivos elencados, e em comparação com mapa idêntico do ano anterior, as diferenças encontradas são muito pouco relevantes, situando-se no intervalo de 0% a +/- 3,7%.

23. Relativamente ao primeiro objetivo, destaque-se a área da informática onde estão previstos Investimentos superiores a 300.000,00 euros. Para além de despesas correntes (licenciamentos) de 50.000,00 euros. Também merece relevo a dotação inscrita em material de transporte, com um investimento previsto de 160.000,00 euros.

24. No que concerne ao segundo objetivo merecem realce um alargado leque de sub-objetivos, aliás, recorrentes, quais sejam:

- a garantia do acesso à educação, designadamente na componente dos transportes escolares, da alimentação e de diverso material escolar;
- a manutenção do apoio a famílias carenciadas;
- o apoio a instituições diversas, seja na área educativa, seja na área social (Agrupamentos escolares e IPPS);
- o apoio ao emprego social;
- o apoio ao mérito escolar;
- e, finalmente, o apoio às instituições locais de socorro e emergência - Bombeiros, quer de Alcácer do Sal, quer do Torrão, sendo que neste caso igualmente se prevê verba destinada à ampliação das respetivas instalações, com uma dotação classificada como transferência de capital.

25. Relativamente ao Ordenamento, Habitação e Segurança Pública, refira-se o recuo do peso orçamental desta área relativamente ao

ano transato, em face de ter sido concluído o processo da revisão do anterior PDM. Entretanto, destaca-se:

- a reabilitação de diversas habitações sociais, a realizar por administração direta, com um custo estimado para aquisições de matérias-primas e peças superior a 80.000,00 euros;
- a construção de dois corredores clicáveis.

26.No que diz respeito ao objetivo “Garantia dos abastecimentos coletivos e ambiente”, evidenciam-se as seguintes situações:

- o enorme esforço financeiro que envolve a AGDA e que ascende a mais de 1,8 milhões;
- a criação dum novo furo de captação de água, previsto para S. Romão do Sado, de melhorar a qualidade da de água para fornecida para consumo humano;
- na componente do ambiente, destaque para o lançamento de um projeto de intervenção de fundo na área envolvente ao castelo de Alcácer do Sal e centro histórico da cidade.

27. Quanto ao objetivo “Dinamização da cultura, do desporto e tempos livres” merecem destaque:

- desde logo a conclusão da obra em curso no Museu Municipal Pedro Nunes, que vai abrir ao público no 2º semestre de 2018;
- diversos investimentos previstos em equipamentos para as piscinas municipais;
- as verbas consignadas ao movimento associativo, nas áreas consideradas;
- a intervenção cultural, o cinema, as artes, o teatro, a música e igualmente o desporto.

28.Tal como no ano de 2016 e 2017, de entre os agregados considerados, o de maior peso relativo é o referente à beneficiação do tecido económico, pese embora um ligeiro recuo face a 2017.

Vejamos a seguir quais as três ações de maior relevância projetadas para este conjunto, para além das despesas com a energia elétrica pública e de edifícios, que aqui e agora uma vez mais se realçam, dado o peso relevante que representam – mais de 1,6 milhões de euros:

- os grandes investimentos projetados para o parque urbano nascente da cidade, sendo que a respetiva reconversão urbanística está na fase final de projeto e quanto ao interface de transportes, se encontra em fase de lançamento do respetivo concurso público. Dada a dimensão destes casos, estas intervenções alongar-se-ão até 2020;
- depois de quase concluída a intervenção profunda realizada na estrada de Casebres (à data da elaboração deste documento, restavam cerca de 5% da execução física), continua o esforço pontual quer na viação rural, quer em arruamentos, estradas e caminhos;
- finalmente, a garantia da realização das tradicionais feiras e certames na área do Município.

29. Restará acrescentar que nas operações de dívida autárquica vão inscritos valores de escasso significado financeiro, uma vez que apenas dois empréstimos permanecem ativos e, ambos, na fase final das inerentes vidas úteis.


30. Como sempre os documentos previsionais que se apresentam são uma projeção quantificada do que se entende necessário, legal e possível. A efetiva execução não deixará de ser condicionada por inúmeros fatores, internos e externos, como bem tem sido demonstrado pelo atual governo do País, levando alguns até a acusações de desvirtuamento dos acordos que tem propiciado a aprovação dos últimos orçamentos do Estado. No caso do Município, nem sequer será necessário proceder à cativação de verbas. Se a realidade nos impuser limites que ora não se alcançam, haverá

mecanismos alternativos que permitam que o Município melhor se adeque àquela realidade.

31. A nível estritamente financeiro, e numa ótica prospetiva, quaisquer intenções comportam dúvidas e incertezas, e igualmente alguns riscos. Para esclarecer aquelas e minimizar estes contamos com a solidez, a persistência, o rigor e o empenho de quantos nesta casa trabalham em prol do bem público. Contamos com todos – eleitos, funcionários e outros colaboradores, mas também e sempre os nossos Munícipes - para melhorar a cidade e o concelho que, diversificadamente, representamos.

Alcácer do Sal, 6 de dezembro 2017

O Presidente da Câmara Municipal



Vítor Proença